

RESPOSTA AOS COMENTÁRIOS

Ciro Flamarion Cardoso

Parece-me necessário responder separadamente a cada um dos professores que me fizeram a honra de comentar o texto apresentado para discussão. Isto porque representam posições epistemológicas distintas, além de que abordaram por caminhos muito diferentes entre si aquele texto. Fa-lo-ei respeitando a ordem em que recebi esses comentários, referindo-me primeiro ao que escreve o Prof. Funari, a seguir ao escrito do Prof. Diehl.

Agradeço, para começar, os elogios que foram-me endereçados pelo meu velho colega e amigo Funari, do mesmo modo que as críticas. Como se verá ao longo de minha reação ao seu texto, temos vários pontos em comum, também várias diferenças de opinião aparentemente insalváveis: o que está muito bem, pois a vida e os debates acadêmicos seriam extremamente monótonos e tediosos se todos estivessem sempre de acordo sobre tudo.

Logo no início de seu comentário, o Prof. Funari qualifica meu “estilo discursivo” de “apodítico”. Este adjetivo, em filosofia do conhecimento como em seu uso literário ou geral, é polissêmico. Vejamos o que tem a dizer sobre ele o verbete correspondente do útil dicionário do professor britânico Blackburn, recentemente traduzido entre nós:

Apodítico (do gr., **apodeiktikos**: evidente) Necessariamente verdadeiro, ou demonstrável, ou que admite certeza para além de qualquer dúvida. (Blackburn, 1997: 18)

Deixando de lado por enquanto a segunda acepção, “demonstrável”, por não me parecer que a ela se referisse o Prof. Funari, no tocante às outras duas, que de fato dão resultados muito semelhantes entre si na prática, quero recordar um detalhe importante: o subtítulo de meu artigo, isto é, “a visão de um historiador”. Não quis, ao empregá-lo, entender “um historiador” em algum sentido generalizador mas, sim, literalmente como **um** historiador dado, **este** historiador que escreve; em suma, **eu**. A razão de incluir o subtítulo foi de, a cada momento, não me ver forçado a multiplicar expressões do tipo de penso que, acho que, em minha opinião etc. Há várias delas, sem dúvida, mas sua repetição todas as vezes que se afirmasse algo acabaria por tornar-se tediosa. O subtítulo deveria, segundo acreditei (talvez erroneamente), deixar

claro ao leitor que o que estivesse afirmando a cada passo seriam única e exclusivamente as **minhas** opiniões, ou os **meus** juízos sobre o que me parecesse adequado ou inadequado nas opiniões alheias que escolhi mencionar. Ora, não participo em absoluto das tendências ao ceticismo, ao relativismo (ou perspectivismo) ou à dúvida acerca do realismo do objeto, típicas dos pós-modernos, já que não sou um pós-moderno. E acho que, num texto destinado a abrir um debate, ser claro e afirmativo quanto às posturas assumidas facilita a troca de idéias. Não creio, por tal razão, ser aplicável a observação do Prof. Funari no sentido de que aquilo que percebe como meu estilo discursivo apodítico atuaria “pouco incentivando o desenvolvimento de uma leitura crítica”. Um escrito destinado ao debate com os pares – nos quais é difícil “induzir” alguma atitude, já que têm opiniões bem assentadas – numa revista científica não é uma aula dada a tenros alunos de graduação. Além do qual, “leitura crítica” é jargão pós-moderno típico e aponta para atividade intelectual que, no sentido dado por um tal contexto epistemológico, não tenho, mesmo, a menor intenção de incentivar!

Poder-se-ia perguntar, também, pensando agora no título e não no subtítulo do artigo, se um discurso referido à epistemologia pode escapar de todo ao apodítico, dada a sua natureza. Parece-me difícil consegui-lo, em especial ao abordar-se algo tão vasto e variado quanto o pós-modernismo, visto em suas posições epistemológicas. Quando, nesta mesma revista, discuti em ocasião anterior um tema epistemológico bem mais circunscrito, pude ser menos apodítico no sentido retido até aqui e, pelo contrário, mais apodítico no sentido de tratar minhas opiniões sobre o objeto de então como “demonstráveis”, multiplicando dados, exemplos e citações. (Cardoso, 1998: 47-64)

Antes de deixar este assunto, gostaria de referir-me a dois pontos precisos, num dos quais considero-me inocente da imputação de apodítico, segundo o primeiro e o terceiro sentidos mencionados antes seguindo a Blackburn (conforme meu entendimento de como o Prof. Funari esteja aplicando o termo), enquanto no outro, concedo ser culpado. Quando, como aponta meu crítico, afirmo que Chartier “falha no trabalho concreto”, apresento imediatamente a seguir, apoiando-me em Darnton, a razão pela qual assim me parece: e trata-se de um exemplo bem concreto. Já a minha afirmação de que os arqueólogos “no mundo anglo-saxão são considerados antropólogos”, de fato não vem acompanhada de argumentos e citações. *Guilty!* Culpado, também, por uma generalização exagerada: causada, talvez, por minha forte antipatia pela corrente heterogênea conhecida como Arqueologia pós-processual, que de fato **não quer ser** Antropologia (Ian Hodder, Shanks, Tilley, etc.). Eu deveria ter escrito, então, algo assim: “no

mundo anglo-saxão, os arqueólogos são tradicional e predominantemente considerados antropólogos e, sobretudo nos Estados Unidos, mantêm vínculos institucionais, nas universidades, freqüentemente com Departamentos de Antropologia”.

Não é duvidoso que, em sua proposta para uma “Arqueologia pós-processual”, Ian Hodder (1986: 188-193) desejasse separá-la taxativamente da Antropologia, para o qual se apoiava-se em opiniões anteriores de David Clarke. Entretanto, acredito que o exame atento de suas opiniões sobre o social e/ou cultural mostraria que derivam essencialmente de algumas modalidades do pensamento antropológico pós-Clifford Geertz. Também acho que Robert Chapman tem toda a razão quando afirma, acerca de arqueólogos como Ian Hodder e Alasdair Whittle, que os argumentos que empregam “contêm idéias e conceitos equivocados e exprimem um tipo de pensamento inadequado para a Arqueologia”, manifestando um quadro teórico “errôneo e inaplicável ao estudo do passado”. (Chapman, 1991: 25-28) Com a ressalva de que eu não diria “inaplicável”, mas, sim, que, segundo me parece, haveria maneiras bem melhores de apoiar teoricamente o trabalho arqueológico (a de Andrea Carandini, por exemplo).¹

O que importa, porém, é que, **apesar** dos arqueólogos pós-processuais, a posição predominante ainda é, creio eu, a tradicional no mundo anglo-saxão (ao contrário do que ocorre, também tradicionalmente, em países como a França, por exemplo), sem dúvida com maior força nos Estados Unidos: considerar a Arqueologia como disciplina antropológica. Tomemos, por exemplo, um importante livro coletivo que trata da teoria arqueológica, publicado pela primeira vez em 1996 e recentemente reimpresso: seus organizadores são o próprio Hodder, Professor de Arqueologia na Universidade de Cambridge e Robert W. Preucel, Professor Associado de Antropologia e Curador Associado de Arqueologia Norte-Americana na Universidade da Pensilvânia. (Preucel, Hodder, 1999) C. C. Lamberg-Karlovsky (1989: 1-16) recorda como a recém-adquirida independência dos Departamentos de Antropologia, ao serem separados nas décadas de 60 e 70 dos de Sociologia, nos Estados Unidos, criou um número maior de empregos **para os arqueólogos** – que estavam trabalhando exatamente no interior de tais Departamentos de Antropologia – do que no passado. Mesmo uma corrente como a Nova Arqueologia (ou Arqueologia Processual), que em alguns de seus autores dá a impressão de reivindicar a independência da disciplina arqueológica ou mesmo sua assimilação às ciências naturais, está “enraizada na Antropologia Cultural”.²

¹ Carandini, 1984. Ver também: Delporte, 1984.

² Stiebing, 1993: 265; Renfrew, Bahn, 1991: 9.

Passando a outra coisa, quanto às observações do Prof. Funari no relativo ao “caráter discursivo da ciência”, para ele “um aspecto central das discussões epistemológicas contemporâneas”, manifesto ao mesmo tempo acordo e desacordo praticamente no que diz respeito a todos os pontos que formula. Explico-me: por um lado, concedo ser relevante virtualmente tudo o que diz; por outro, discordo profundamente. Isto pode parecer estranho, mas é fácil de esclarecer. Tanto acho importante a preocupação com o texto, sua construção discursiva e o trabalho rigoroso levando-o em conta, que recentemente publiquei um manual que pretendia pôr à disposição dos historiadores brasileiros um dos caminhos em tal sentido, o que me parece mais operacional e rendoso metodologicamente: aquele da semiótica textual (Cardoso, 1997); e, pela mesma razão, estou atualmente preparando, em parceria com a Professora Ana Maria Mauad de A. Essus, outro texto, destinado especificamente ao trabalho semiótico com imagens. No entanto, em minha opinião, ocorre um paralogismo quando, do postulado frutífero de que o textual, o discursivo e o sógnico (ou simbólico, ou mais exatamente, o relativo às semioses sociais) estejam presentes em todos os aspectos do social e/ou do cultural, se trate de inferir, indo muito além do que de fato é possível deduzir legitimamente daquele postulado, que aqueles aspectos **esgotem** o humano, o cultural, o social. Não vejo vantagem alguma em evacuar uma dada encarnação da famigerada “natureza humana”, por exemplo, o *homo oeconomicus*, para a seguir ceder a outra, o *homo symbolicus*, tão reducionista e naturalizante quanto a primeira! Iguamente reducionista é considerar que, da constatação da presença de recursos retóricos de tipo narrativo nos textos que produzem os historiadores, se possa dar o salto que permitiria afirmar que a História escrita por tais profissionais **não passe de um efeito do modo discursivo empregado**. A história é muito mais do que um mero efeito discursivo; e uma coisa não tem porque, logicamente, conduzir à outra. Se conduz, é porque intervêm **outras** preferências epistemológicas, que não são as minhas.

Existem hoje, como sempre existiram, em especial do século XVII para cá, realistas e anti-realistas, no nível ontológico e no epistemológico, quanto ao objeto. A escolha inicial acerca deste assunto, ou seja, da relação sujeito/objeto do conhecimento, não tem como provar-se como certa ou errada. (Bunge, 1976: 319-333) Assim, por exemplo, a propalada conseqüência da Física Quântica para a relação sujeito/objeto do conhecimento, tal como se entende habitualmente num sentido contrário ao do realismo epistemológico deriva não de tal Física, mas, sim, da reconstrução que dela fez a Escola de Copenhague da Filosofia da Ciência; reconstrução acerca da qual não existe consenso, longe disso. (Bunge, 1985, capítulos 3 e 4) Seria, assim, uma ilusão acreditar que, porque muitos hoje aceitam o anti-realismo, tenha-se **demonstrado** a falsidade do realismo epistemológico: não há como efetuar tal

demonstração (nem, analogamente, demonstrar que ele está certo e o anti-realismo equivocado). Quem quiser continuar trabalhando com a noção de verdade científica – e é certamente o meu caso (também o Prof. Funari concorda em que “não se pode prescindir da busca da objetividade científica”) – não tem qualquer razão de peso para não o fazer: claro que há certas **modalidades** dessa noção cuja sustentação se tornou impossível, mas não conheço pessoa alguma que teime em usar conceitos de verdade científica como os que se praticavam no século XIX. Prefiro, quanto a mim, as idéias a respeito de Adam Schaff, corrigidas, entretanto, pela constatação de que nem tudo, no processo do conhecimento científico, é ascendente e cumulativo, havendo igualmente retrocessos, erros, becos sem saída e estagnações:

O objeto do conhecimento é infinito, tanto ao tratar-se do objeto considerado como totalidade da realidade quanto do objeto captado como um fragmento qualquer ou um aspecto do real. Com efeito, tanto a realidade em sua totalidade quanto cada um de seus fragmentos são infinitos, na medida em que é infinita a quantidade de suas correlações e de suas mutações no tempo. O conhecimento de um objeto infinito deve ser, portanto, também infinito; deve constituir um processo infinito: o processo de acumulação das verdades parciais. Em e por este processo, enriquecemos incessantemente nosso conhecimento, tendendo ao limite que é o conhecimento completo, exaustivo, total, o qual, como o limite matemático, não pode ser atingido num ato cognoscitivo único, permanecendo sempre como devir infinito, tendência. (Schaff, 1976: 113)

Antes de deixar este aspecto da questão, talvez convenha deixar claro que, no debate acerca da autoridade pertencer aos textos ou às leituras dos mesmos, minha posição é a de Umberto Eco, não a de Richard Rorty. Acho, então, que o primeiro está certo em afirmar que, por mais numerosas que possam ser as leituras, nem todas elas são legítimas, posto que as estruturas discursivas inscritas no texto, que deve ser respeitado, existem e descartam, dentre as teoricamente possíveis, aquelas leituras desprovidas de um mínimo de legitimidade, pelo fato de violarem as estruturas em questão. (Eco, Rorty, 1993)

Por último, referir-me-ei aos aspectos políticos do pós-modernismo. Neste aspecto, acredito que minha diferença de opinião com o Prof. Funari seja bem mais radical. Não que eu negue todo valor a vitórias eventualmente obtidas em lutas parcializadas, nem que deixe de reconhecer que alguns dos pós-modernos – afinal, trata-se de tendência muito heterogênea – possam ter as melhores intenções do mundo (mas, como há muito afirma a sabedoria popular, o caminho do inferno está atapetado de boas intenções). Estou consciente, ainda, de que o multiculturalismo não constitua “artimanha dos

tories da senhora Thatcher”, embora também ache que o imperialismo, em cuja existência continuo fielmente acreditando, bem como os diversos neocolonialismos, o usem com grande eficiência. Continuo vendo como coisa no fundo reacionária, porém, a negação de qualquer possibilidade de uma explicação global, holística, das sociedades humanas; e estou convencido de que, sem explicações assim, não há como atacar os verdadeiros cernes do que é preciso mudar (o Estado burguês e a propriedade privada, por exemplo): pelo qual, aquelas vitórias parciais serão sempre mais ou menos provisórias e ilusórias. Sei bem, sem dúvida, que nem toda visão holística é progressista e que qualquer uma delas **pode** levar a sistemas de opressão. Continuo a crer, entretanto, que os seres humanos têm dimensões coletivas e que as sociedades humanas não são simples aglomerados de “Suas Majestades, os indivíduos”.

Quanto ao multiculturalismo especificamente, por mais que as posições a respeito variem, elas me parecem amiúde reducionistas e arrogantes, no fundo racistas, às vezes um retrocesso a noções semelhantes às de Franz Boas; e cheias, sempre, de aporias.³ Seja, por exemplo, James Clifford: como conciliar sua afirmação de uma crise cultural de proporções cósmicas ou pelo menos planetárias com sua epistemologia relativista? Ou ainda, se não existe conhecimento objetivo, de onde pode vir (mais exatamente, como se poderia fundamentar) o seu tom moral e a postura favorável ao engajamento multicultural que adota? Quando um antropólogo pós-moderno defende a postura cultural dos índios, ou dos javaneses, ou quando um dos muitos grupos universitários feministas fala em nome das mulheres, quem lhe passou, efetiva e concretamente, procuração para tanto? E existe, em cada caso, uma só postura? Ou há, por exemplo, pessoas do que antes se conhecia como Terceiro Mundo, ou pertencentes às minorias oprimidas do Primeiro, que não reivindicuem de modo algum a diferença e a identidade específica que lhes querem por força atribuir aqueles antropólogos? Na verdade, pode haver também posições ambíguas ou mesclas: uma mulher norte-americana pode reivindicar o feminismo, por exemplo, e, sendo de origem árabe, recusar, no entanto, a ênfase na diferença cultural. Pode, mesmo, achar que, por trás da definição de cultura de que parte a noção de um multiculturalismo, existam simplificações inaceitáveis – nos Estados Unidos e em menor proporção na Inglaterra, tal noção está muito ligada ao empobrecimento do que vale a pena levar em conta nos “estudos culturais” por uma politização nem sempre muito inteligente ou racional e por certas opções a respeito muito difundidas, nos programas universitários em primeiro lugar, sem dúvida extremamente

³ Quanto às aporias, derivam de que os pós-modernos deparam-se “com o antigo problema dos céticos acerca de como pensar e agir à luz de sua própria doutrina”: Blackburn, 1997: 306 (verbete “Pós-modernismo”).

seletivas e bastante reducionistas – e, mesmo, um racismo disfarçado, além de um antiassimilacionismo radical que muitos imigrantes ou descendentes de imigrantes poderiam perfeitamente encarar como ameaça e não como promessa.⁴ Poderíamos, nesta mesma linha, continuar a aplicar a atitude pós-moderna às próprias preferências político-culturais dos pós-modernos e, assim, ir “problematizando” o quanto quiséssemos tais atitudes uma a uma.

Seria possível, ainda, cobrar a muitos autores pós-modernos seu farisaísmo, sua atitude de “faça o que eu digo, mas não o que eu faço”. Enquanto gostam muito de afirmar que outras posições derivam de situações ou manipulações vinculadas aos centros de poder que residem nos poros do social, esperaríamos em vão, em muitos casos, que nos explicassem a que centro de poder específico pertence ou serve sua própria posição; ou não aceitaríamos a explicação, pois na verdade é freqüente que sua politização fique restrita aos *campus* universitários com suas lutas específicas. E parece surpreendente que, achando o que acham a respeito dos horrores ligados aos poderes de um *establishment*, corram tão animadamente apesar disso à obtenção de títulos e da *tenure* nas universidades norte-americanas, ou que favoreçam ou prejudiquem carreiras de outras pessoas ao sabor de acordos e desacordos: não será isto, por sua vez, um saber do poder ou um poder do saber exatamente como o que criticam nos demais – nunca em si mesmos?

* * *

Passarei agora a responder ao professor Astor Antônio Diehl. Neste caso, minha resposta poderá ser muito mais curta, por duas razões. Em primeiro lugar, não me parece que a finalidade central de seu texto tenha sido, de fato, comentar o meu: este foi mencionado de raspão, como uma espécie de trampolim que lhe possibilitasse, a seguir, a elaboração de um discurso próprio, bastante longo e de todo independente daquele a que, teoricamente, estaria a referir-se. Note-se que nada tenho a opor a tal procedimento, já que o discurso em questão se me afigura relevante e oportuno. Em segundo lugar, acho que há várias maneiras de esfolar um gato. A do Prof. Diehl está fortemente influenciada por sua formação alemã. Não tenho razão alguma para enveredar pelo caminho que tomou, como afirmei, independentemente de comentar o meu texto, mesmo tendo lido o seu com atenção, interesse e, freqüentemente, aprovação. Não é, porém, a via que me indiquem minha formação e minhas prioridades em matéria intelectual.

⁴ Tendo a identificar-me com a maior parte das observações a respeito de Kuper, 1999: 201-247. Ver também Michaels, 1995: 127: “O moderno conceito de cultura não é (...) uma crítica do racismo, é uma forma de racismo. De fato, na medida em que aumentou o ceticismo a respeito da biologia da raça, tornou-se, pelo menos entre os intelectuais, a forma predominante do racismo.”

O procedimento do Prof. Diehl – como disse, empreendido dentro de um viés alemão – recorda-me, em seu ponto de partida, o que seguiram, com outro estilo vinculado a uma formação diferente, filósofos norte-americanos como Lawrence Cahoon e Robert B. Pippin. Com efeito, também Cahoon, ao preparar uma lúcida e utilíssima compilação de materiais acerca do pós-modernismo, achou necessário precedê-la de duas outras, mais curtas, mas, como aquela, muito bem escolhidas e introduzidas, que enfocassem a Modernidade: a primeira delas compreende Descartes, Rousseau, Kant, Edmund Burke, o marquês de Condorcet, Hegel, Marx e Engels, Nietzsche e intitula-se “A civilização moderna e seus críticos”; e a segunda antologia, cujo título é “A modernidade realizada”, inclui Baudelaire, Peirce, Weber, Saussure, Filippo Tommaso Marinetti, Wittgenstein, Le Corbusier, Freud, Ortega y Gasset, Husserl, Horkheimer e Adorno, por fim Sartre (Heidegger encabeça a seleção bem mais longa dedicada à pós-modernidade). Como salienta Cahoon (1996: IX), “qualquer discussão do pós-modernismo supõe uma quantidade razoável de conhecimento sobre o modernismo, ou a modernidade, ou o mundo moderno e como tem sido interpretado”.

Quanto a Pippin, sua opinião acerca do pós-modernismo é próxima à do professor Diehl, ao sugerir que as posições aparentemente novas subsumidas sob tal etiqueta unificadora “não representam uma solução para qualquer dos problemas que achamos nos pensadores que foram os primeiros responsáveis por uma crítica radical da modernidade, nem um avanço” efetivo em relação a estes. Reconhecendo que há algo de insatisfatório e pouco dramático numa narrativa da modernidade, cujos eventos cruciais ocupem o meio e não o fim do período a ser considerado, Pippin é de opinião, porém, que o debate entre Hegel e Kant configura aqueles eventos cruciais.⁵ Também efetua diversas ilações pertinentes em relação aos empréstimos pós-modernos a Nietzsche e Heidegger. Não o faz sem um certo humor *tongue-in-cheek*. Este se nota, por exemplo, quando comenta quão ilegítimo ou artificioso lhe parece pôr a defesa da alteridade e do multiculturalismo sob o patrocínio exatamente de Nietzsche, um filósofo nada disposto a identificar-se com ou menos ainda a manifestar respeito (ou “abrir-se”) ao Outro, atitude que encararia certamente como um resíduo da “piedade” cristã... (Pippin, 1991: 159-160) Mas é que se trata de um Nietzsche *apud* seus leitores pós-modernos, cuidadosamente editado para eliminar setores indesejáveis de seu pensamento (e também para emprestar-lhe um perfil menos politicamente reacionário do que aquele que, na realidade, foi o seu).

Seja como for, o caminho que escolhi, ou o ponto de que parti, não coincidem com aqueles do professor Diehl. Mas isto não significa que negue

⁵ Pippin, 1991: 148-167 e notas p. 197-201: a citação entre aspas é da p. 158.

validade às suas opções. Preferi, quanto a mim, começar com uma síntese “impura”, eclética, gerada em meados deste século, em especial na França: verdadeiro casamento *contra natura* (ou *ménage à trois?*), no fundo estranhíssimo, tentado entre Marx, Freud e a fenomenologia (em sua “apropriação” ou vertente existencialista) a partir de uma escolha precisa, a qual consistiu em tomar como foco a problemática (ambiguamente considerada) da alienação. Como disse, há mais de uma maneira de esfolar um gato.

Terminando, manifesto meu acordo com os três “aspectos” específicos formulados pelo professor Diehl no final de seu texto à guisa de conclusão.

Referências Bibliográficas

- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Trad. Desidério Murcho *et alii*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUNGE, Mario. *La investigación científica*. Su estrategia y su filosofía. Trad. de Manuel Sacristán. Barcelona: Ariel, 1976.
- _____. *Racionalidad y realismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- CAHOONE, Lawrence. “Preface”. In: _____ (org.). *From modernism to postmodernism*. An anthology. Cambridge (Mass.)-Oxford: Blackwell, 1996.
- CARANDINI, Andrea. *Arqueología y cultura material*. Trad. de Soñia Noguera. Barcelona: Mitre, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo”. *Diálogos*, Maringá: Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Vol. 2, nº 2: 47-64, 1998.
- _____. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997.
- CHAPMAN, Robert. *La formación de las sociedades complejas*. El sureste de la península Ibérica en el marco del Mediterráneo occidental. Trad. de Cristina Rihuete. Barcelona: Crítica, 1991.
- DELPORTE, Henri. *Archéologie et réalité*. Essai d’approche épistémologique. Paris: Picard, 1984.
- ECO, Umberto, RORTY, Richard *et alii*. *Interpretação e superinterpretação*. Trad: MF. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- HODDER, Ian. *Reading the past*. Cultural approaches to interpretation in archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- KUPER, Adam. *Culture*. The anthropologists’ account. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1999.
- LAMBERG-KARLOVSKY, C. C. “Introduction”. In: _____ (org.). *Archaeological thought in America*. Cambridge-New York: Cambridge University Press, 1989.
- MICHAELS, Walter Benn. *Our America: nativism, modernism, and pluralism*. Durham (North Carolina): Duke University Press, 1995.
- PIPPIN, Robert B. *Modernism as a philosophical problem*. On the dissatisfactions of European high culture. Cambridge (Mass.)-Oxford: Blackwell, 1991¹ *Idem, ibidem*: 159-160.
- PREUCCEL, Robert W. e HODDER, Ian (org.). *Contemporary archaeology in theory*. A reader. Oxford-Malden (Massachusetts): Blackwell, 1999.
- RENFREW, Colin e BAHN, Paul. *Archaeology*. Theories, methods and practice. London-New York: Thames and Hudson, 1991.
- SCHAFF, Adam. *Historia y verdad*. Trad. de I. Vidal Sanfeliu. Barcelona: Crítica, 1976.

STIEBING, Jr., William H. *Uncovering the past. A history of archaeology*. New York-Oxford: Oxford University Press, 1993.